



**A OPINIÃO POLÍTICA DOS ELEITORES DE
PORTO ALEGRE: ANÁLISE DE PROBLEMAS
E PRIORIDADES DA CIDADE NO ÂMBITO
DA CAMPANHA ELEITORAL MUNICIPAL DE
2016**

*THE POLITICAL OPINION OF PORTO ALEGRE
ELECTORS: ANALYSIS OF PROBLEMS AND
PRIORITIES OF THE CITY IN THE FRAMEWORK
OF THE 2016 MUNICIPAL ELECTORAL
CAMPAIGN*

Carlos Alberto Kalinovski Hoffmann

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo exploratório e quantitativo sobre a opinião dos eleitores da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, dos principais problemas e prioridades do município, no que se refere a política, bem como, algumas das possíveis relações eleitorais no que se refere a eleição proporcional (para vereador) de 2016. A importância desse tema se dá em função da centralidade da política em nossa sociedade e da importância dos eleitores como atores sociais chave, além de servir como base metodológica para a reprodução em qualquer período eleitoral. A partir de uma revisão de literatura acerca desses constructos e coleta de dados eletrônica através de questionários fechados, foi analisada a opinião dos eleitores da cidade para cada temática pesquisada, indicando importantes reflexões político-eleitorais. Ao final, há uma avaliação crítica do tema, trazendo reflexões e sugerindo novas proposições de pesquisa para acadêmicos e políticos.

Palavras chave: pesquisa eleitoral, porto alegre, vereador, política, eleições.

ABSTRACT

The objective of this article is to present an exploratory and quantitative study on the opinion of voters in the city of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul, of the main problems and priorities of the municipality, with regard to politics, as well as some of possible electoral relations with regard to the proportional election (for councilor) of 2016. The importance of this topic is due to the centrality of politics in our society and the importance of voters as key social actors, in addition to serving as a methodological basis for reproduction in any election period. From a literature review about these constructs and electronic data collection through closed questionnaires, the opinion of voters in the city for each researched topic was analyzed, indicating important political-electoral reflections. At the end, there is a critical evaluation of the theme, bringing reflections and suggesting new research propositions for academics and politicians.

Keywords: electoral poll, Porto Alegre, councilor, politics, elections

1 INTRODUÇÃO

A política é onipresente nas sociedades democráticas, como a brasileira. Como fala Hannah Arendt (2004), a política é essencial para a vida e para a sociedade humana e, portanto, estudá-la se coloca como uma necessidade absoluta. A partir disso, a novidade se estabelece no que Howard Rheingold (apud UGARTE, 2008) chama de “multidões inteligentes”, que surgem a partir da nova ordem de movimentos sociais distribuídos. Esta inteligência coletiva pensa, gera ideias a partir de valores, define crenças e agem, por fim.

O relativismo das instituições políticas, relatado por Baquero (2011), amplia a necessidade do entendimento da cultura política referente ao contexto social e, desta forma, reforça a urgência em entender o agente indutor desta cultura, que é o político e do produtor, que é o eleitor. Neste sentido, o tema da cultura política, segundo Fedozzi (2008), e sua relação com o regime político, está presente no pensamento político clássico, moderno e contemporâneo.

Desta forma, compreender, dialogar e debater sobre o que pensam politicamente e eleitoralmente estas pessoas, em especial, neste caso, os eleitores de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), é vislumbrar o futuro e possibilitar a construção de um caminho político-eleitoral possível e adequado aos novos tempos.

O estado do Rio Grande do Sul (RS) tem uma cultura política peculiar e própria, com políticos de vulto regional e nacional de grande destaque ao longo da história do estado e do Brasil. Neste sentido, tem em sua capital estadual um polo irradiador de especial vulto, principalmente por seu apelo metropolitano e também pelo seu protagonismo em democracia participativa e governança local. Neste sentido, a capital do estado Porto Alegre, em 2010, tem registrados 1.409.351 habitantes para uma área total de 496,682 km² (IBGE, 2016) e dividida em 92 bairros oficiais e conta também com 1.090.097 eleitores aptos em fevereiro de 2016 (TRE-RS, 2016).

O objetivo deste artigo é fazer um estudo quantitativo com análise qualitativa, exploratório e transversal acerca da opinião dos eleitores de Porto Alegre – RS sobre os principais problemas e prioridades do município, no que se refere a política, bem como, as possíveis relações eleitorais no que se refere a eleição proporcional (para vereador). Neste sentido, busca-se, mais detalhadamente, avaliar o panorama da política municipal de Porto Alegre, mapeando as opiniões acerca dos problemas da cidade, suas prioridades e consequente avaliação do governo atual, cruzando com dados socioeconômicos e de preferência político-eleitoral dos respondentes. Sendo assim, aqui se busca trazer dados quantitativos sobre a política municipal de 2016 junto a análise qualitativa referente as entrevistas realizadas, propondo, ao final, questões para reflexão e debate.

Para alcançar este intento, o método escolhido foi o de fazer uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa utilizando-se de questionário com perguntas fechadas e abertas com base na teoria existente, buscando bibliografia em livros e artigos nacionais e internacionais de revistas e periódicos reconhecidos na temática tratada por esta pesquisa, e em pesquisas já realizadas de temática similar.

O instrumento de pesquisa foi respondido de forma presencial, via Facebook a partir de meus perfis pessoais e via mensagem eletrônica (e-mail) enviada. Quanto ao tratamento dos dados, foram feitas análises *cross section* utilizando estatística descritiva, conforme detalhadas na metodologia deste mapeamento (seção 2). Os resultados estão apresentados nas sessões de número 4 a 6 através de tabelas, gráficos e descrições textuais. Desta forma, esta pesquisa pretende resolver a lacuna de conhecimento acerca das demandas eleitorais na cidade de Porto Alegre para o quadriênio 2017-2020.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

No que se refere à metodologia da pesquisa, ela é quantitativa. Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa selecionada foi a pesquisa exploratória que, segundo Gil (1991, p.45), “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Na prática, esta forma foi selecionada por estar de acordo com a realidade encontrada na cidade de Porto Alegre e pelo tipo de pesquisa realizada, já que foi necessário realiza-la diretamente com os eleitores sem ter qualquer base estatística anterior neste tema.

No universo de eleitores analisados, com a fórmula ilustrada na imagem 1, foi extraída uma amostra (n) de 286 respondentes, alcançados de forma aleatória e por conveniência, com um nível de confiança de 95% (Z), margem de erro de 5,8% (e), heterogeneidade de 50% (p), de um universo de 1.090.097 eleitores.

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2}$$

Fórmula 1. Cálculo Amostral

A partir de revisão bibliográfica inicial (MANHANELLI, 2009; TORQUATO, 2014), adaptações ao contexto local pelo autor e utilizando também por base a pesquisa CNI-IBOPE “Retratos da Sociedade Brasileira: problemas e prioridades do Brasil para 2014” (CNI, 2014) e a pesquisa CNI-IBOPE “Avaliação do Governo – (dezembro

2015)” (CNI, 2015), foi construído o questionário de acordo com os objetivos da pesquisa. Foram aplicados questionários com questões fechadas na pesquisa de campo durante o período de 6 de março de 2016 a 26 de março de 2016 e também para os eleitores encontrados por meios eletrônicos, perfazendo estes a unidade de análise. A pesquisa foi realizada em pontos diversos da cidade de Porto Alegre – RS, buscando abarcar as suas especificidades regionais. Além disso, em paralelo com a pesquisa de campo, os questionários foram disponibilizados em formato digital (*Google Forms*), divulgados junto às redes sociais do autor e enviados por e-mail, de modo que os eleitores que não puderam responder à pesquisa durante o período do trabalho de campo pudessem ter uma forma de fazê-la.

Como comentário importante, foi feito um pré-teste com um grupo de 5 pessoas de níveis e perfis distintos buscando testar e avaliar o questionário em todas as suas dimensões. A partir desta ação, foram reformuladas algumas questões e inseridas outras, objetivando qualificar o questionário e a pesquisa. Também importante citar que, dos questionários recolhidos, apenas foram mantidos para este artigo os que tinham como cidade de votação eleitoral (domicílio eleitoral) Porto Alegre, sendo que todos os outros foram apartados da base de dados final.

A investigação acerca da política municipal está calcada sobre quatro eixos base, definidos como socioeconômico (cidade de moradia, bairro de moradia, cidade de votação eleitoral, sexo, etnia, faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, ocupação e faixa de renda familiar), problemas e prioridades do município (maiores problemas por áreas, prioridades para os próximos quatro anos e se votaria em um candidato a vereador que defendesse os três problemas listados e solucionasse as três prioridades afirmadas), avaliação do governo e eleições (avaliação e aprovação do governo municipal, satisfação geral com a política e a declaração de voto espontâneo para vereador) e livre (zona e seção eleitoral, dados de identificação e observações livres).

Por fim, a análise é através da técnica da análise estatística descritiva. Registra-se que a margem de erro da pesquisa se refere a ela como um todo e não responde isoladamente por nenhum bairro ou segmento.

A partir disto, nas seções seguintes, a pesquisa mostra uma face da realidade político-eleitoral da cidade de Porto Alegre, em especial das demandas e prioridades populares, bem como sua visão acerca do Executivo e candidaturas ao Legislativo.

3. O CONTEXTO POLÍTICO-ELEITORAL DE PORTO ALEGRE

Como a “capital” do Orçamento Participativo, Porto Alegre tem tradição no debate político e na participação das pessoas na chamada esfera pública (HABERMAS, 1990). Neste sentido, a criticidade dos eleitores da cidade, bem como a noção dos problemas existentes são apuradas e, muitas vezes eloquentes. O prefeito José Fortunati (PDT) e seu vice eleito Sebastião Melo (PMDB), candidatos da coligação “Por Amor a Porto Alegre” (PDT, PMDB, PP, PTB, PPS, PRB, PMN, DEM e PTN), na eleição de 2012 conquistaram 424.535 votos, com um percentual significativo de 65,22% dos votos válidos (G1, 2012). Esta condição poderia pressupor uma relativa facilidade em seu segundo governo, entretanto, não é o que ocorre até o final de seu mandato. Fortunati, assim como grande parte da classe política, sofre com protestos da oposição estudantil e da “esquerda radical”, visibilizada pelo coletivo Juntos e pelo PSOL e PSTU, em especial na pauta do passe livre e transportes (CORREIO DO POVO, 2016; SUL21, 2016).

Em relação ao legislativo municipal, a Câmara Municipal de Porto Alegre, é composta por 36 vereadores de 14 bancadas (DEM, PCdoB, PDT, PMDB, PP, PRB, PROS, PSB, PSD, PSOL, PT, PTB, REDE e SDD), representando diversos segmentos da população porto-alegrense (CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2016).

Por fim, quanto a possíveis candidatos à prefeito, até este momento estão lançados os pré-candidatos Sebastião Melo (PMDB), representando a gestão atual, Luciana Genro (PSOL), representando a esquerda radical oposicionista, Maurício Dziedricki (PTB), como uma candidatura saída do eixo governista, Maria do Rosário, Raul Pont, Olívio Dutra ou Henrique Fontana (PT), alçando uma candidatura de oposição ao prefeito atual e Nelson Marchezan Jr (PSDB), como outra candidatura de situação, como principais nomes já postos a partir da negativa de Manuela D’Ávila (PCdoB) e Beto Albuquerque (PSB) (FELIPE VIEIRA, 2016).

4. DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS: EIXO SOCIOECONÔMICO

Nesta seção estão listados e analisados os dados referentes ao eixo socioeconômico.

Quanto a cidade de moradia, 97,6% moram em Porto Alegre e 2,4% em outras cidades da região metropolitana de Porto Alegre.

Em relação ao sexo, 55,9% são do sexo feminino, 43,4% são do sexo masculino e 0,7% de outros. Este dado mostra compatibilidade com a representatividade populacional já medida pelo IBGE na cidade.

Em referência a faixa etária, 26,9% estão entre 35 e 44 anos, 24,5% de 25 a 34, 21% de 45 a 54, 11,5% de 55 a 69%, 10,5% de 18 a 24, 3,8% de 16 a 17 anos e 1,7% acima de 70 anos.

Quanto a ocupação, 24,8% são assalariados (CLT), 21% são servidores/funcionários públicos, 12,9% estudantes, 12,2% autônomos, 7,7% aposentados, 7,7% desempregado / procura emprego, 5,2% do lar, 4,2% empresário, 3,5% outros, 0,3% voluntário e 0,3% não sabe ou não quis responder.

Já sobre o nível de instrução, temos 42% com ensino médio completo / ensino técnico completo / ensino superior incompleto, 20,3% com ensino fundamental completo / ensino médio incompleto, 18,9% com ensino superior completo, 13,6% com pós-graduação completa e 5,2% como não alfabetizado / ensino fundamental incompleto.

Sobre a renda familiar mensal, 33,2% se situam na faixa de 2 até 5 salários mínimos (R\$ 880,00 cada unidade), 19,2% de 1 a 2 salários, 18,9% de 5 até 10, 9,8% até 1, 9,8% não sabe ou não quis responder, 8% de 10 até 20 e 1% acima de 20 salários mínimos oficiais.

Quanto a categoria racial/cor (grupo étnico), 62,2% são autodeclarados brancos, 22% são pretos, 14,7% são pardos, 1% são indígenas e 0% amarelos.

Por fim, quanto ao estado civil pode-se dizer que 47,6% são solteiros, 39,2% são casados / união estável, 11,2% são separados / divorciados, 1,4% são viúvos e 0,7% não sabem ou não quiseram responder.

Estes dados são relevantes para a realização de futuros estudos buscando cruzar estes dados com as informações político-eleitorais aqui captadas, além de servirem de atestado contra possíveis vieses que poderiam acontecer caso alguma categoria socioeconômica tivesse dissonância em relação ao todo da população da cidade.

5. DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS: PESQUISA SOBRE OS PROBLEMAS DA CIDADE, A PRIORIZAÇÃO DE TEMAS JUNTO A ELEITORES DE PORTO ALEGRE E A AVALIAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

Nesta seção estão listados e analisados os dados referentes ao eixo de políticas públicas necessárias e prioritárias para a cidade, bem como a avaliação do governo atual.

Para a pergunta “Qual a sua avaliação do governo municipal (Prefeito/Prefeitura)”, 36,7% conceituaram como regular a gestão do prefeito José Fortunati, 23,4% como ruim, 20,6% como péssimo (totalizando ambos significativos 80,7% de índices negativos), 13,6% como bom e 3,5% como ótimo, com 2,1% não sabendo ou querendo responder. Com estes dados, é essencial ressaltar a péssima avaliação coletiva da gestão municipal, corroborando e reforçando o contexto político-eleitoral de crise em que se está vivendo atualmente, seja em nível municipal, estadual (crise nas finanças, parcelamento de salários dos servidores públicos, etc.) ou federal (Operação Lava Jato, Zelotes, impeachment de Dilma, etc.).

Em consonância a questão anterior, a pergunta “Qual a sua aprovação em relação ao governo municipal (Prefeito/Prefeitura)” resultou em 60,8% respondendo que desaprova o governo, 12,6% não sabendo ou querendo responder (totalizando 73,4%) e 26,6% aprovando a gestão Fortunati-Melo.

Quanto a opinião popular acerca dos problemas da cidade (com o respondente podendo escolher até três opções), a Figura 1 ilustra as respostas. Neste sentido, há uma clara predominância nos itens Segurança Pública (59,8%), Saúde (50,7%) e Educação (30,1%), com boa citação também do item Administração Pública (19,9%). Estes dados demonstram que ainda as políticas públicas mais básicas e essenciais para a vida em sociedade não estão sendo priorizadas com o devido esforço pelos governantes, devendo ser alvos contínuos de novas ações transformadoras da realidade municipal.

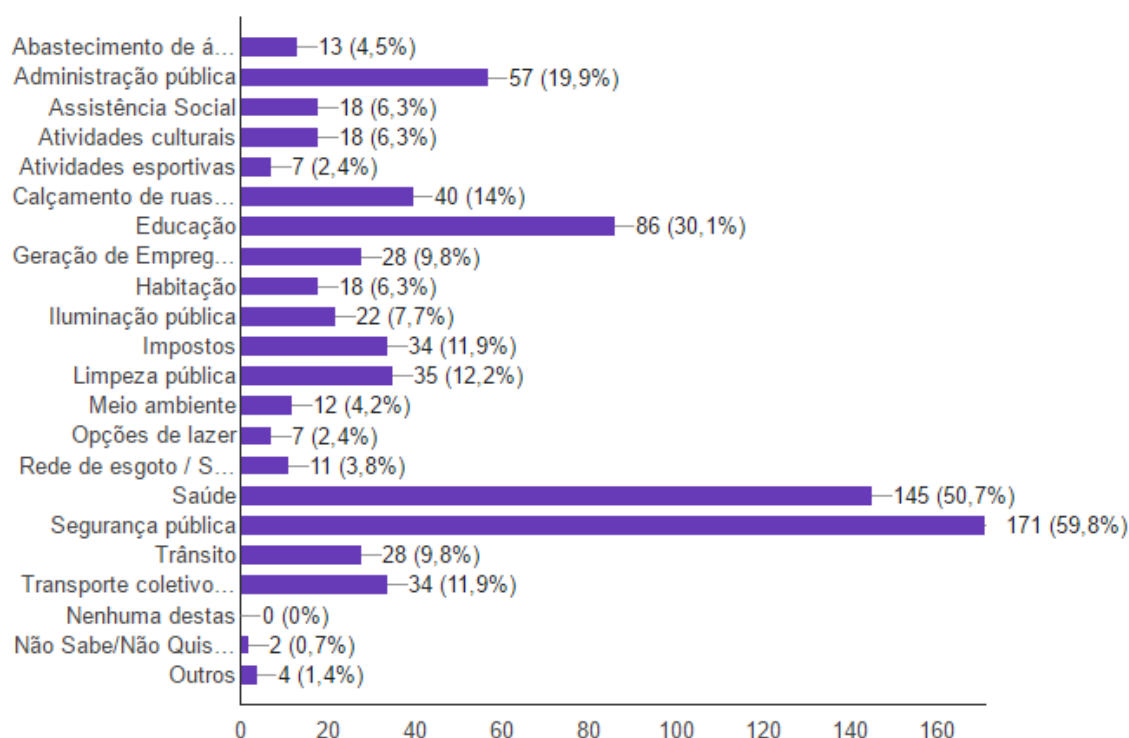


Figura 1 – Maiores problemas do município eleitoral (até 3 opções selecionáveis)

Fonte: compilado pelo autor.

Já em relação a opinião das áreas que devem ser a principal prioridade do Legislativo Municipal do seu Município Eleitoral (Câmara de Vereadores) para os próximos 4 anos (2017-2020) (com o respondente podendo escolher até três opções), há uma predominância de melhorar os serviços de saúde (43%), combater a violência e a criminalidade (37,4%) e melhorar a qualidade da educação (28,7%), com especial destaque a questões ligadas a administração pública como a redução de impostos (24,1%) e a redução de gastos públicos (14,7%), conforme ilustra a Figura 2. Estas respostas corroboram a noção suscitada na pergunta anterior de que o ímpeto político, governamental e legislativo deve ser na direção de resolver problemas e qualificar a ação nas áreas da segurança pública, saúde, educação e gestão pública municipal e fiscal.

Aprofundar a fiscalização dos atos da prefeitura / prefeito	35	12.2%
Aumentar a participação das pessoas / cidadania	26	9.1%
Melhorar o atendimento aos segmentos sociais (negros, LGBTs, idosos, mulheres, etc)	20	7%
Investir em sustentabilidade e reuso de recursos naturais (energia solar, reuso água, etc)	27	9.4%
Trabalhar para ampliar programas de Inovação, Ciência e Tecnologia	9	3.1%
Promover a reforma administrativa / da gestão pública	20	7%
Melhorar o setor do turismo	4	1.4%
Promover programas para a economia criativa	7	2.4%
Qualificar as ações de defesa do consumidor	3	1%
Reduzir os impostos	69	24.1%
Reduzir os gastos públicos	42	14.7%
Aumentar a transparência pública	19	6.6%
Ampliar os programas sociais, como Bolsa Família, Bolsa Estudantil, etc.	8	2.8%
Ampliar os programas de habitação / Moradia popular	17	5.9%
Ampliar os programas de combate à pobreza / assistência social	21	7.3%
Promover a geração de empregos e renda	37	12.9%
Melhorar a qualidade da educação	82	28.7%
Melhorar os serviços de saúde	123	43%
Aumentar investimento em ruas, avenidas e estradas	12	4.2%
Melhorar o recolhimento de lixo / resíduos	12	4.2%
Combater a violência e a criminalidade	107	37.4%
Combater a corrupção	43	15%
Promover programas de saneamento básico	6	2.1%
Promover políticas de proteção ao meio ambiente	9	3.1%
Criar / Ampliar as linhas de crédito para pequenos negócios	7	2.4%
Promover mais investimentos em transporte urbano	20	7%
Reduzir a burocracia	9	3.1%
Nenhuma destas	0	0%
Não Sabe/Não Quis Responder	2	0.7%
Outros	3	1%

Figura 2 – Principais prioridades do legislativo para 2017-2020 (até 3 opções)

Fonte: compilado pelo autor.

Com os dados aqui apresentados, fica patente a necessidade de profundos investimentos e ações em áreas básicas e importantes para a sociedade urbana, tais como segurança, saúde, educação e gestão pública. Muito se deve atentar para buscar soluções efetivas para que estes índices de preocupação da população se reduzam e encontrem uma tendência mais equilibrada em relação a outras demandas emergentes, tais como meio ambiente, combate a corrupção e transparência pública e geração de emprego e renda, dentre outros.

6. ANÁLISE QUALITATIVA: REFLEXÕES POLÍTICO-ELEITORAIS PARA UMA CAMPANHA ELEITORAL PROPORCIONAL

Neste contexto, primeiramente é uma grande tendência a necessidade de haver uma desvinculação da imagem do atual prefeito do candidato que quiser fugir de sua rejeição histórica, aqui medida em 80,7% (conceitos regular, ruim e péssimo). Os pré-candidatos devem se aliar a ideias de renovação, inovação, ética, qualidade na gestão pública e efetividade, dentre outros, de forma a fugir do conceito vigente na população, seja em relação ao prefeito municipal e a classe política em geral.

Ainda essencial frisar que nenhum candidato, sob pena de não obter os votos necessários para a sua eleição, deverá se abster de ter propostas eleitorais viáveis para os eixos da segurança pública, saúde, educação e gestão pública, conforme altos índices de citação demonstrados na seção 5 deste artigo.

Também, não se poderá se furtar do debate o candidato a vereador ao contexto de rejeição a corrupção e malversação do dinheiro público, conforme demonstra os itens “combater a corrupção” (28,7% como prioridade legislativa), “aprofundar a fiscalização dos atos da prefeitura / prefeito” (12,12%) e aumentar a transparência pública (6,6%), bem como as citações livres (na questão observações) que se relacionaram a esta repulsa pela corrupção, como os exemplos “Mudar prefeito, político ladrão que só sabem roubar”, “Para pararem de roubar o dinheiro público” e “Atualmente para haver uma mudança política, primeiramente teria que haver uma espécie de rastreamento na ficha dos candidatos para ver se realmente possuam ficha limpa” e também encontrados na questão sobre em quem não daria o voto para vereador se as eleições fossem hoje, citando textualmente “No político corrupto”, “Corruptos com passado ruim”, “Vereador corrupto”, “Em candidato corrupto” e “esteja envolvido e corrupção”.

Portanto, a não vinculação ao governo municipal atual e a resposta a demandas de políticas públicas nas áreas aqui citadas poderá dar uma boa diretriz e caminho para os pré-candidatos a eleição majoritária e, principalmente, a proporcional. Fica nítido a impaciência da população com o contexto atual e a demanda por renovação e melhora radical de forma ética, responsável e efetiva.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto analisado, as conclusões, limitações e proposições de pesquisa aqui estão versadas. Nesta pesquisa, mostrou-se um panorama político-eleitoral do que a população de Porto Alegre pensa de seus governantes, políticas públicas prioritárias, áreas para atenção especial e contexto político em geral.

Não se espera que este levantamento inicial seja o fim de um processo, mas apenas o primeiro de uma série de ações possíveis e necessárias para o entendimento do pensamento político da população neste ano eleitoral, bem como instrumento válido para pré-candidatos a vereador em 2016 e base para a reprodução da sua metodologia para qualquer ano seguinte.

Com o que foi traçado até aqui, algumas limitações metodológicas se colocam pertinentemente. Primeiramente, conforme salientam Soto Torres e Fernández Lechón (2006), há a limitação da variável histórica a partir de modelos estatísticos e econométricos tradicionais como aqui utilizados. Neste sentido, porém, o intuito desta pesquisa foi justamente o de mapear preliminarmente este campo de pesquisa e abrir espaço para estudos posteriores que incluam análises longitudinais ou qualitativas acerca do tema. Ressalta-se que esta investigação é importante para um segmento da sociedade e de trabalhosa realização, principalmente quando feita a partir de esforços individuais e não de um instituto de pesquisa especializado.

Dado o exposto, espera-se que este trabalho seja uma referência inicial na temática de avaliação do contexto político-eleitoral de Porto Alegre, em especial, para as eleições municipais vindouras.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BAQUERO, Rute V. A.; MACIEL, Fernanda G. L; REICHOW, Luiza M. Representações sociais de jovens acerca de democracia, cidadania e participação: um estudo de cultura política juvenil. **In:** BAQUERO, Marcello (Org.). Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Vereadores Suplentes. Disponível em: <http://camarapoa.rs.gov.br/>. Acesso em: 31/03/2016.

CORREIO DO POVO. Melchionna responde a Fortunati: "Não foi PSol que decretou aumento abusivo", 2016. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/3/581942/Melchionna-responde-a-Fortunati-Nao-foi-PSol-que-decretou-aumento-abusivo>. Acesso em: 31/03/2016.

CNI. **Pesquisa CNI-IBOPE** : retratos da sociedade brasileira : problemas e prioridades do Brasil para 2014: fevereiro 2014 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2014. 44 p.

CNI. **Pesquisa CNI – IBOPE**: avaliação do governo – (dezembro 2015). Brasília: CNI, 2015. 11 p.

FEDOZZI, Luciano. **O Eu e os Outros**: participação e transformação da consciência moral e cidadania. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

FELIPE VIEIRA. Eleições 2016. Disponível em: <http://felipevieira.com.br/site/category/eleicoes-2016/>. Acesso em: 31/03/2016.

G1. José Fortunati é reeleito para a Prefeitura de Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2012/noticia/2012/10/jose-fortunati-e-reeleito-para-prefeitura-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 31/03/2016.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HABERMAS, Jürgen. “Neues Vorwort”. Strukturwandel der Öffentlichkeit. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1990.

IBGE. Porto Alegre. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232N8>. Acesso em: 27/02/2016.

MANHANELLI, Carlos. **Marketing Eleitoral**: o passo a passo do nascimento de um candidato : como organizar, formatar, redigir e apresentar um plano de marketing eleitoral : capacitando consultores políticos. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

SOTO TORRES, M.; FERNÁNDEZ LECHÓN, R. **Feedback Process in Economic Growth**: relations between hours worked and labour productivity. Proceeding... Conference System Dynamics, p. 1-20. Disponível em: <http://www.systemdynamics.org/conferences/2006/proceed/papers/SOTO-170.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SUL21. Fortunati e PSOL trocam farpas após Justiça determinar que prefeitura subsidie passagem de ônibus, 2016. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/fortunati-e-psol-trocam-farpas-apos-justica-determinar-que-prefeitura-subsidie-passagem-de-onibus/>. Acesso em: 31/03/2016.

TORQUATO, Gaudêncio. **Novo Manual de Marketing Político**: campanhas eleitorais; marketing de governantes e parlamentares; gestão de crises; marketing no Estado-Espetáculo; avanços e mudanças. 1. Ed. São Paulo: Summus, 2014.

TRE-RS. Eleitorado Apto. Disponível em: http://www.tre-rs.gov.br/apps/estatisticas/index.php?acao=busca_dados&tipo=1&formato_apresentacao=0&criterio_ordenacao=1&tipo_ordenacao=1&minimo_eleitores=500000&maximo_eleitores=&x=31&y=12. Acesso em: 27/02/2016.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.